

**DA ELEIÇÃO AO GABINETE: A SOCIALIZAÇÃO PROFISSIONAL DA MULHER NA
POLÍTICA**

IZIS CAROLLINE SOUZA DE QUEIROZ

ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING (ESPM)

SOFIA BATISTA FERRAZ

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO (FGV-EAESP)

DA ELEIÇÃO AO GABINETE: A SOCIALIZAÇÃO PROFISSIONAL DA MULHER NA POLÍTICA

1 INTRODUÇÃO

Aclamada pelo roteiro em 2013, a série *House of Cards*, produzida pela Netflix e dirigida por David Fincher, tornou-se uma referência na abordagem sobre política e relações de poder entre diferentes esferas políticas. A obra evidencia o dia-a-dia do congressista Francis Underwood e a sua ascensão em cargos públicos em Washington D.C. (Estados Unidos), sempre apoiado e acompanhado por sua esposa, Claire Underwood. Após seis temporadas, com muitas reviravoltas, Claire é legitimada como presidente, substitui todo o seu gabinete por mulheres e demonstra a presença das mulheres na política e no poder. De acordo com a *Variety* (2018), revista estadunidense especializada na indústria do entretenimento, na sexta temporada, a audiência se tornou predominantemente feminina (54%). *House of Cards* retrata o anseio atemporal por uma mudança no cenário político que busca legitimar a figura feminina em dois aspectos: na presença da mulher no cenário político e, quando esta possui seu lugar validado democraticamente na esfera pública, a busca pela sua permanência.

Nesse sentido, é possível fazer duas reflexões sobre a presença da mulher na política: 1) há conquistas; 2) há muito mais barreiras do que conquistas (MIRANDA, 2019). Apesar de avanços nas últimas eleições, de acordo com o Inter-Parliamentary Union (2018), o Brasil é um dos piores países em termos de representatividade política feminina, e ocupa o terceiro lugar na América Latina em menor representação parlamentar de mulheres. O recorte do presente estudo tem por foco compreender a presença da mulher em cargos políticos e, por meio disso, entender o processo de socialização e construção da sua identidade social e profissional.

Dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pela ONU (2015), tem-se a Igualdade de Gênero que busca legitimar a garantia e participação plena das mulheres por meio da igualdade de oportunidades de lideranças em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública. Além disso, é importante ressaltar que o esforço para tal direito ser legitimado não é suficiente para extinguir a discriminação contra a presença da mulher em espaços públicos, como na política.

Estudos anteriores que abordaram o processo de socialização das pessoas em seus ambientes de trabalho que, assim como o presente estudo, analisam as dificuldades de formação de identidades sociais e profissionais, já focaram em grupos estigmatizados, tais quais mulheres tatuadoras (ALVES, 2019) e negros (GOMES, 2019). Além disso, aponta-se, também, que a abordagem sobre política é um tema estudado em outros contextos de pesquisa, mas não há temáticas que relacionem tal pauta com a socialização e a construção da identidade da mulher no espaço público. Este artigo busca discutir também a dificuldade, a partir da perspectiva de Hughes (1958), que por meio de estudo na área da Medicina, apresentou o modelo de socialização profissional e entendeu que experiências em ambientes de trabalho transformam a personalidade individual, social e influenciam comportamentos e pensamentos dos indivíduos.

A relevância acadêmica do presente artigo deve-se a estudos sobre gênero e política serem temas bastante explorados em outros contextos de pesquisas, como na desigualdade de gênero na política, mas não há estudos que relacionem a presença da mulher à socialização destas em ambientes políticos. Essa discussão torna-se relevante frente ao atual contexto em que há um aumento da participação das mulheres na vida pública brasileira, o que enriquece a discussão para atenuar ou solucionar possíveis dificuldades na socialização das mulheres em ambientes majoritariamente masculinos. Diante deste cenário, surge a pergunta de pesquisa: como ocorre o processo de socialização profissional da mulher na política?

Dessa forma, o objetivo do presente artigo é investigar o processo de socialização profissional da mulher em espaços políticos. Para responder a esse objetivo, foi realizada uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa, por meio de entrevistas em profundidade. O estudo foi pautado em primários, respectivamente por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas em profundidade.

A relevância do presente estudo para a academia e para as organizações, que aborda a pauta do processo de socialização da mulher na política, torna-se significativa frente ao atual cenário em que há um aumento da participação das mulheres na vida pública brasileira, o que enriquece a discussão para atenuar ou solucionar possíveis dificuldades na socialização das mulheres em ambientes majoritariamente masculinos. De acordo com Tribunal Superior Eleitoral (2020), nos últimos 20 anos, a presença das mulheres nas câmaras municipais dobrou, o que enfatiza a relevância da problemática da socialização da mulher no espaço público. Ademais, nota-se que o estudo apresenta relevância social, uma vez que possui uma abordagem problemática da atualidade, a desigualdade de gênero, que torna-se um entrave no desenvolvimento da socialização profissional da mulher na política.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 GÊNERO E POLÍTICA NO BRASIL

O conceito de gênero se relaciona com determinadas construções sociais, entre homem e mulher, ou seja, a análise por meio de processos naturais e biológicos são afastados (CISNE, 2015). Tal fato demonstra a importante relevância sobre esta ótica, uma vez que há dificuldade de entendimento entre a distinção de construção social e natural. Por meio dessa análise, busca-se entender os comportamentos que influenciam a questão de gênero e a forma que este se relaciona com o mundo. Elias (1994) enfatiza ainda a relevância de entender que as construções humanas devem ser proibidas de serem naturalizadas.

Foucault (1992) analisa o quanto o produto de discursos considerados verdadeiros têm sido atribuídos a contextos sociais e resultam na propagação de ideias, como: mulher é o sexo frágil. O cenário social foi construído pautado em históricas desigualdades e hierarquias entre o gênero feminino e masculino, o que legitima a desigual presença de mulheres em espaços, como o âmbito político. Com base nisso, Godelier (1982) ressalta que em todas as sociedades, mesmo nas mais igualitárias, os poderes finais têm pertencido aos homens, o que reitera uma presente hierarquia de poderes, que ainda é excludente, quando se pensa em gênero. Por consequência de tal tratamento entre homens e mulheres, deu-se início a movimentos em defesa do feminismo, cultura que se iniciava com repúdio à opressão, dominação e exploração das mulheres (SAFFIOTI, 2004).

O feminismo desencadeou três diferentes movimentos, denominados como “ondas do feminismo” (COSTA, 2002). As ondas eram pautadas no anseio do avanço da conscientização política e social das sociedades, com foco no olhar da mulher. A primeira onda feminista foi considerada um movimento liberal de luta das mulheres pelos direitos civis básicos, ponto fundamental da agenda feminista que lutava contra a discriminação trabalhista e denunciava a opressão vivida devido ao sistema patriarcal. Este movimento de luta das mulheres embasa o pensamento de Sarti (2004, p.44) que ressalta que “o feminismo passa a ser reconhecido como um movimento que traz genericamente benefícios a condição social da mulher”.

No Brasil, as ideias feministas que compunham a primeira onda surgem no século XIX e foram introduzidas por meio da imprensa, posto que tal ferramenta se tornou o maior meio de divulgação do movimento instaurado pela corte portuguesa em 1808. Tal imprensa veiculou um manifesto assinado por mulheres, estas que desejavam direitos (TELLES, 2004), e tinha por objetivo tornar cada vez mais pública a luta por igualdade de direitos (BUITONI, 2009). Tal objetivo resultou na conquista de vários direitos das mulheres brasileiras, principalmente o de votar e ser votada em 1932.

A segunda onda ocorreu durante o regime militar, no início dos anos 1970, período no qual havia uma frustração da maioria dos cidadãos para com o governo e período o qual continha um reforço na opressão patriarcal. A Constituição de 1988 tornou-se um marco no aumento da igualdade de gênero, uma vez que leis e direitos foram alterados nas décadas de 1970 e 1980 que garantiram avanços na Constituição. Logo, tal movimento foi caracterizado por descentralizar da atenção unilateral ao Estado e políticas convencionais Alvares (2000), e marcado pelo início de atenção direcionada às problemáticas de gênero com foco na pauta feminista.

Surge, assim, a terceira onda, cuja proposta concentra-se por meio de análises das diversidades. Nota-se que tal fase tinha por objetivo o entendimento da igualdade e da diferença entre homens e mulheres posto que, as distinções entre as mulheres eram muitas e estas almejavam reflexões e demandas específicas. É importante ressaltar que a terceira onda foi marcada pela iniciativa de entender melhor o acesso e liberdade de mulheres relegadas às margens de descaso, como as historicamente excluídas do próprio movimento feminista: negras, lésbicas, transsexuais, deficientes, indígenas, entre muitas outras. Por fim, tal onda demonstra a tentativa de um movimento homogêneo que nota a necessidade de inclusão de todas as mulheres (PINTO, 2003).

Apesar das conquistas por meio das três ondas, o movimento feminista ainda possui alguns entraves que impedem maiores transformações de igualdade de gênero, como a busca pela total igualdade de direitos e de oportunidades, dentro do espaço público. Analisando a história, começa-se a analisar que as mulheres eram atuantes em atividades domésticas e familiares, o que limitava e impedia de ter acesso a esferas públicas. Dessa forma, a dificuldade da socialização da mulher e a sub-representação feminina na política brasileira são consequências de uma violência simbólica, esta que é denominada uma violência insensível e invisível a suas próprias vítimas (BOURDIEU, 2011). É importante ressaltar que com o objetivo de legitimar a busca pela igualdade de gênero fora promulgada a Constituição Federativa do Brasil em 1988 que visava oferecer novas oportunidades à participação da mulher no exercício político.

Em relação à conquista ao voto feminino, entende-se que ela ofereceu alguns avanços na esfera pública. Ademais, a promulgação da Constituição acarretou conquistas para as mulheres e as tornou iguais perante a lei, porém, na prática ainda havia entraves para a igualdade ser, de fato, plena. Butler (2003) acredita que atos, gestos e atuações produzem efeitos, ou seja, a participação das mulheres teve um aumento, quando comparada a sua existência política e seus direitos.

Por outro lado, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), a mulher possui uma sub-representação na política parlamentar. Dessa forma, verifica-se a dificuldade de a mulher se inserir e socializar em ambientes predominantemente masculinos (GIMENEZ, 2018), e embora elas tenham se inserido na política, isso ocorre/ou fazem meio a condições de discriminação e aceitação velada pela sociedade (MEDEIROS, 2015). A atual sociedade pautada em desigualdades entre gêneros (LIMA, 2018) também contribui na existência do estigma de a mulher ser inferior, frágil e pouco racional, adjetivos esses que subalternizam a participação da mulher no espaço público (BEAUVOIR, 1976).

Biroli (2014) acredita que, independentemente dos avanços da presença da mulher na política, ainda há traços de subalternidade. Outro aspecto relevante de análise são as marcas de feminilidade no discurso de uma mulher, que, por vezes reduzem a legitimidade da falante, sobretudo, a ausência dela torna-se um problema, uma vez que a frieza e a racionalidade não cabem a uma mulher (MIGUEL; BIROLI, 2014). Ademais, é questionado se deve haver uma preocupação maior em relação ao aumento de mulheres na política ou no que tange à evolução da pauta de política feminista, pois a ampliação numérica não assegura a

representatividade feminina (BIROLI, 2014). Em contrapartida, também há ideia de um avanço na agenda feminista que compreende a efetiva necessidade da presença de mais mulheres na política.

2.2 O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Características prescritas, como sexo ou posição familiar são dadas quando o ser humano nasce, ademais, as experiências e relações com a sociedade caracterizam e transformam as relações sociais (LANE, 2006). Nesse sentido, é importante entender que o “indivíduo não nasce membro da sociedade, mas em um sistema social já estabelecido por gerações anteriores que já estabeleceram e assimilaram relações sociais” (STREY, 2002, p. 59). Tais relações definem e provocam mudanças na forma que os indivíduos se organizam (CUNHA, 2016). Nesse sentido, nota-se a importância das percepções e motivações individuais pautadas em um conjunto de normas e instituições sociais, visto que estas determinam o modo como o sujeito pensa e age dentro do espaço que ele vive e ocupa (RAMOS, 2003). Logo, ambientes sociais influenciam a construção da personalidade do indivíduo como sujeito social (DURKHEIM, 1978).

A aprendizagem de normas e valores está ligada ao ato de se socializar com o outro indivíduo e grupo (VALLE, 2003). Este processo tem por objetivo o desenvolvimento de sentimento de caráter de pertencimento de todo e qualquer indivíduo. É importante entender que existem fases de socialização e de interação com os primeiros grupos sociais, como família e escola (CUNHA, 2016) que, por consequência, implica no reconhecimento de um esfera coletiva, por meio do contato e noção de ideias morais, estas que influenciam e moldam a maneira de ser e agir. Dessa forma, é estabelecido que todo e qualquer indivíduo tenha dois seres: o individual e o social.

Luckmann (2009) elenca o papel de socialização em duas frentes, a primária e a secundária, uma vez que o nascimento do indivíduo não o torna social, mas sim suas relações e experiências com o meio, ou seja, para tal conhecimento do espaço, coletivo ou individual, é importante a percepção de processos. A socialização primária é conhecida como fase em que o indivíduo interage com a sociedade. Logo, é na infância que há a incorporação de costume externos, porém capazes de se tornarem individualizados, uma vez que não é compreendida apenas a subjetividade da assimilação das coisas, mas a criança identifica sua construção individual e cria sua própria identidade a partir do mundo externo (BERGER, 2013). Em seguida, a socialização secundária é atrelada à fase adulta. Essa se caracteriza por ser um período no qual a personalidade está relativamente formada e o indivíduo já possui comportamentos individualizados e estáveis. Entretanto, tal socialização pode gerar confronto com realidades distintas (LUCKMANN, 2013). Estas duas fases, descritas anteriormente representam o Interacionismo Simbólico, abordagem sociológica das relações humanas, difundida por Herbert Blumer (1969), que valoriza a importância da interação social do ser humano e suas particularidades como interpretação social. Logo, tal ótica afirma que as pessoas estão aptas a construir suas personalidades por meio da interação com o mundo, pessoas e outras realidades. Considera-se, dessa forma, que a formação individual do ser humano é intrinsecamente atrelada a influências externas.

De acordo com Tardif (2000), inícios, descobertas e rupturas são fases presentes na socialização do ser humano. Os comportamentos incorporados são produto da socialização do individual ao coletivo, que permite a sensação de identidade e determinadas individualidades. Tal identidade se constrói a partir da incorporação de novas ideias sobre a natureza do trabalho e conquista de novas e específicas competências (HUGHES, 1958). Outro momento importante é a identificação de determinados grupos profissionais, ou seja, a partir do momento em que há um meio característico, este também passa a ser socialmente influenciado pela sua profissão. Logo, Dubar (2005) defende que o trabalho provoca mudanças identitárias e estas destacam-se com certa relevância na área profissional.

2.3 A SOCIALIZAÇÃO PROFISSIONAL E A IDENTIDADE PROFISSIONAL

Dubar (2005) acredita que a socialização ao meio profissional constrói, desconstrói e reconstrói identidades. Considera-se, então, o processo de socialização, um meio pelo qual as pessoas adotam uma cultura da organização e acabam modificando suas identidades. Hughes (1958) exemplifica o processo de que experiências vivenciadas no ambiente de trabalho, como “Drama Social”, que transforma e molda a personalidade individual e social da pessoa. O processo de socialização profissional é um procedimento pelo qual o ser humano aprende normas, valores e comportamentos que lhe legitima como parte ou membro de toda e qualquer organização. Dessa forma, Dubar (1997) reitera que o mundo profissional constrói e define o “eu” do ser humano, e por meio disso, o mundo do trabalho não deve ser reduzido a uma simples atividade com fim econômico, mas um mecanismo que cristaliza a personalidade individual e social do sujeito. Por meio disso, é possível entender que o trabalho modifica a identidade, e desperta uma transformação pessoal e também, profissional (RAYMOND, 2000). Ou seja, habilidades e conhecimentos específicos para a execução de tarefas e trabalhos são de suma importância no desenvolvimento da identidade pessoal do ser humano (BACCARO, 2011).

Hughes (1958) ressalta em seu estudo sobre a socialização profissional que é impossível obter total conhecimento e habilidades de toda e qualquer área, uma vez que sempre há subculturas que surgem dentro de profissões. Percebe-se, então, que com o passar do tempo e gerações, conhecimentos são mantidos, transmitidos e novos são descobertos. A partir disso, Hughes (1958) entende que a educação de um profissional é construída por meio de experiências planejadas e não planejadas por leigos, a princípio, jovens e novos na profissão, que acabam por assimilar a cultura técnica e científica. Considera-se que a cultura leiga é o ponto de partida, porém, com um final indefinido, pois sempre existirá uma disparidade no modo e grau das experiências e formas de aprendizagem, que tornarão a cultura leiga novamente (HUGHES, 1958).

Em meio a esse cenário, o sujeito deve integrar o seu eu profissional ao ambiente de trabalho, ou seja, todo e qualquer domínio técnico em relação ao trabalho não é suficiente. Hughes (2016) reitera tal fato e defende a existência de dois fatores importantes para um profissional: 1) o diploma, como possível autorização legal; e 2) o mandato, que determina o profissional a uma atividade específica. Neste sentido, Dubar (2005) sugeriu três fases do modelo de socialização profissional de Hughes (1958):

a) “**Passagem através do espelho**” - Fase em que há uma idealização da profissão, visto que o indivíduo se insere na cultura profissional atrelada a uma idealização de uma cultura, denominada leiga e há o embate com a nova e real concepção da profissão/cargo, o que legitima um sentimento de estranhamento e desconforto. Tal nomenclatura é dada pelo uso da metáfora de “visualizar coisas ao contrário, escritas em um espelho, olhando um espetáculo por trás dele” (DUBAR, 2005).

b) “**Instalação da dualidade**” - A segunda fase é uma etapa de transição entre o estereótipo idealizado e a realidade vivida no mercado de trabalho, ou seja, o verdadeiro cenário é oferecido. Ademais, tal lacuna, entre o que é o estereótipo idealizado e a realidade, torna-se o início da discussão entre grupos, que conseqüentemente torna-se motivos de conflitos (HUGHES, 1958).

c) “**Ajuste da concepção de si**” – É a etapa final, na qual há o abandono de estereótipos da profissão, ao passo que a pessoa passa a ter consciência de suas capacidades físicas, mentais e pessoais - características que beneficiam o abandono de ideias sobre a profissão. Logo, tal fase caracteriza o processo de socialização por meio de um ajuste entre o que de fato foi fornecido como modelo ideal e como é, na prática, o modelo real (HUGHES, 1958).

Nesse sentido, a formação de características que formam um profissional é produto de uma aprendizagem desenvolvida e adquirida pelo processo de socialização no trabalho (HUGHES, 1958). O indivíduo é construído por contribuições de outros a sua volta, tais como pais, professoras(es), amigas(os) e suas próprias vontades, no entanto, há um momento em que a pessoa passa a revisar suas vontades e modos de pensar.

3 METODOLOGIA

O objetivo principal deste artigo é investigar o processo de socialização profissional da mulher em espaços políticos. A pesquisa é de natureza exploratória, na qual há o objetivo da familiarização com o problema, tendo em vista torná-lo explícito. Quanto aos meios, a pesquisa é de campo (dados primários).

Para atingir o objetivo, é preciso compreender o fenômeno para a aplicação dos recursos metodológicos que são alinhados à natureza qualitativa (GODOY, 1995). Dessa forma, a pesquisa qualitativa foi selecionada visto que as abordagens para a coleta de dados foram executadas por meio de entrevistas em profundidade, para uma abordagem minuciosa sobre presença feminina em âmbitos políticos. Uma vez estabelecido o estudo de dados primários, que tem por foco analisar e entender o contexto integrado, é exigido que o pesquisador vá a campo para analisar o fenômeno estudado mediante a perspectiva das pessoas envolvidas (GODOY, 1995).

O universo da pesquisa é composto por mulheres parlamentares e se obteve acesso a elas por facilidade de aproximação, ou seja por meio de pesquisas em sites governamentais, como Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), e no perfil de Instagram Vote Nelas SP. É importante ressaltar que 50 (cinquenta) e-mails foram enviados e apenas 10 (dez) parlamentares confirmaram estar disponíveis para a entrevista. Os dados sociodemográficos são delineados no Quadro 1:

Quadro 1 – Perfil das parlamentares entrevistadas

Entrevistadas (Pseudônimos)	Idade	Cargo Político	Tempo de atuação	Partido	Localidade (UF)
Simone	29	Vereadora	3 anos	Cidadania	PE
Mariana	26	Vereadora	4 meses	PT	MS
Virgínia	21	Vereadora	4 meses	PT	SP
Joana	46	Dep. Estadual	21 anos	PSL	SP
Dandara	21	Vereadora	6 meses	Solidariedade	SP
Ângela	44	Vereadora	17 anos	PL	SC
Judith	27	Vereadora	4 meses	PDT	SP
Ema	32	Vereadora	19 anos	PP	MG
Larissa	55	Vereadora	4 meses	PP	SP
Hanna	33	Dep. Estadual	4 anos	Rede Sust.	SP

A técnica de bola de neve (*snowball*) foi outro método escolhido com objetivo de acessar às parlamentares por meio de indicações (BARDIN, 2011). Os critérios delineados para a escolha das entrevistadas foram: 1) ser mulher e ex/atual parlamentar; 2) diversidade de partidos; 3) disponibilidade para ser entrevistada.

O método de coleta de dados no presente artigo foi o de entrevistas em profundidade com apoio de um roteiro semiestruturado, com seus áudios gravados e transcritos, que foram submetidos à análise de conteúdo de natureza exploratória (BARDIN, 2011). Tal roteiro delineado foi dividido em duas fases: obter informações sociodemográficas das parlamentares e o segundo bloco de perguntas fora composto por 17 questões abertas e baseadas nas três fases do modelo de socialização profissional de Hughes (1958) e Dubar (2005).

Referente à primeira fase do modelo, a) “Passagem através do espelho”, as perguntas foram elaboradas com o foco da inserção de mulheres na política. Na segunda fase, b)

“Instalação da dualidade”, as questões foram elaboradas de forma a focar na assimilação das parlamentares sobre o modelo ideal e real da profissão, de acordo com suas vidas profissionais. Na terceira e última fase, c) “Ajuste da concepção de si”, as entrevistadas foram questionadas sobre suas carreiras e identidades profissionais relacionadas a estereótipos e ao abandono dos mesmos. As entrevistas foram realizadas via plataforma *Google Meet* com duração média de 45 minutos, oscilando entre 34 minutos e 1 hora e 10 minutos.

As categorias de análise do presente artigo foram alinhadas às três fases do processo de socialização profissional difundido por Hughes (1958) e, por consequência, estabelecidas por Dubar (2005): “Passagem através do espelho”, “Instalação da dualidade” e “Ajuste da concepção em si”. Diante dessas categorias de análises, as unidades de contexto e registro foram construídas e elencadas no Quadro 2:

Quadro 2 – Categorias de análise, unidades de contexto e unidades de registro

CATEGORIAS DE ANÁLISE	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTRO
“Passagem através do espelho”	Motivações	Coletivismo
		Gostar de política
		Incentivo de família e amigos
		Diminuição de desigualdades
		Propósito de vida
		Gostar de atender pessoas
		Vontade de ajudar as pessoas
		Ausência de referências femininas
	Habilidades/Aptidões	Liderança
		Oratória
		Capacidade de diálogo
		Escuta ativa
	Inserção	Conhecer política
		Machismo
		Esperança
Oposição		
Demarcar espaço		
“Instalação da dualidade”	Modelo Idealizado	Assegurar direitos
		Ter voz
		Sonho de vida
		Debater ideias
		Espaço de fala
		Gestão organizada
		Amizades
		Mudar visão das pessoas
		Aumentar quórum feminino
		Fiscalizar o Planalto de perto
	Contato próximo ao Presidente	
	Modelo Real	Encarar o Plenário
		Burocracia
		Exposição
		Campanha política
		Dedicação
		Falta de credibilidade
	Dificuldades/incômodos	Machismo
		Subestimação
		Assédio
		Silenciamento
		Opressão masculina
		Credibilidade em discursos
		Falar alto para ser ouvida
Ofício difícil de exercer		

		Dificuldade de convívio
		Conflitos constantes
“Ajuste da concepção de si”	Identidade profissional	Liberdade
		Estilo próprio de vestir
		Forma de falar/discursar
		Referência para outras mulheres
		Comunicação nas redes sociais
		Orgulho
	Carreira	Reconhecimento
		Influência
		Reeleições
		Realização profissional
		Projetos futuros
		Conquista de direitos femininos

Fonte: Adaptado de Hughes (1958) e Dubar (2005)

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção analisa as considerações das 10 (dez) parlamentares entrevistadas, com o objetivo de compreender como ocorre a inserção das mulheres na política, analisar como as parlamentares assimilam seus ofícios, e entender quais as percepções em relação a suas carreiras e sobre suas identidades profissionais. Tais objetivos são alinhados às três etapas delineadas no referencial teórico definidos por Hughes (1958): “Passagem através do espelho”, “Instalação da dualidade” e “Ajuste da concepção em si”. É importante ressaltar que todas etapas foram definidas por um categoria de análise e os mesmos resultados foram coletados sob a ótica das parlamentares.

4.1 “Passagem através do espelho”: a inserção profissional

A passagem através do espelho representa o momento inicial da socialização profissional, atrelado ao modelo de Hughes (1958). Dessa forma, tal início ocorre quando as mulheres ingressam no âmbito político e iniciam um embate entre as percepções construídas pela cultura leiga que possuíam do ofício de parlamentar e a compreensão que se deparam com a profissão quando começam exercê-las.

Ao analisar a inserção da mulher no ramo político, considerando a cultura leiga e a profissional, as parlamentares discorreram sobre quais eram as motivações, habilidades e aptidões para existir um possível anseio de ingressar na carreira política. A princípio, foram destacadas as motivações como a ausência de referência feminina, coletivismo, gostar de política, entre outros, logo foram relatadas falas como:

[...] Eu sempre militei em movimentos sociais. Então, eu participei de muitos espaços de lutas diferentes dentro da cidade. Eu percebi que, em todos esses lugares, a gente sempre esbarrava com uma coisa: faltava alguém dentro da política institucional que representasse a gente. (VIRGÍNIA, 21)

[...] Eu sempre tive contato com a política desde muito nova, então política, discussões políticas e debates políticos nunca foram algo distante pra mim, até mesmo política institucional. Eu sempre militei e me movimentei por isso, né? (JUDITH, 27)

Em meio a estes relatos, nota-se que Virgínia participava de movimento sociais, no qual já sentia falta de representação política pelos que ocupavam cargos. Tal constatação reitera o pensamento de Godelier (1982) que ressalta que, em todas as sociedades, ainda há uma forte presença hierárquica de poderes ainda excludente quando se pensa em gênero. Dessa forma, isto este fato se tornou um motivo para Virgínia se interessar cada vez mais pelo exercício político.

É possível notar a presença bastante expressiva de indignação das parlamentares com a ausência ou subrepresentação da mulher na política. Ângela ressalta: “A razão maior para eu me candidatar foi não me sentir representada”, representação esta que se fundamenta na ausência de mulheres no espaço político. Este sentimento reafirma que os campos de atuação

femininos são delimitados em função de uma sociedade patriarcal que opera em função do homem (SAFIOTTI, 1988). Semelhante a Ângela, a parlamentar Simone se indagava o quanto poderia contribuir para o mundo, exercendo o ofício parlamentar por meio do coletivismo:

[...] Sempre fui muito envolvida, assim, de estar questionando as pessoas, assistir jornal e ficar revoltada com as coisas, então eu parei e falei "pera aí, se eu gosto dessa parte, será que tem como eu contribuir?" Isso me fez pensar no que eu podia contribuir para a vida das pessoas. (SIMONE, 29)

A segunda unidade de contexto analisada no presente artigo aborda habilidades e aptidões necessárias e presentes na vida política. Para colher estes dados, as parlamentares foram abordadas com a pergunta que questionava “Quais aptidões e habilidades você possuía e achava serem necessárias para o exercício desse ofício/profissão?” e as habilidades mencionadas foram: liderança, oratória, escuta ativa, conhecer sobre política, entre outros.

A liderança, de acordo com Dandara, é importante no exercício do ofício parlamentar, visto que, ela afirma: “ter a capacidade de liderança também é muito importante, você consegue inspirar as pessoas a acreditarem em você e no que você faz”. Ou seja, tal característica pode vir a potencializar instrumentos reguladores da vida social, e o tratamento entre os gêneros pode ser equiparado (MELO, 2017). No mesmo sentido, a vereadora Judith, com o tom esperançoso, ressalta o que acredita ser necessário no espaço público em questão:

[...] Habilidade de ser propositiva, então, sair um pouco do campo do debate e da teoria e trazer as coisas pra prática, é uma habilidade que eu tenho e que eu acho extremamente necessária. A habilidade do diálogo, também, de tentar fazer pontes entre universos diferentes e furar bolhas e também de comunicação. (JUDITH, 27)

Outras habilidades bastante exploradas foram as de aptidão de escuta e a habilidade de comunicação para se fazer compreendida pela população, declaradas extremamente importantes no exercício político:

[...] é estar disposto ao diálogo e disposta à escuta, né, porque eu falo que muitas vezes o processo de estar na política é muito mais de escuta do que de fala [...] Então, eu falo que a política hoje tem que ser acessível, ela tem que ser democrática, e pra isso a gente tem que ter a prática de escutar. (DORA, 32)

[...] Eu sempre fui muito comunicativa e sempre entendi o necessário de política, então isso era um diferencial, porque quando eu encontrava as pessoas nas ruas, eu conseguia explicar como funcionava o sistema. (DANDARA, 21)

Em meio a esse cenário, as parlamentares também foram questionadas sobre o início da carreira política, relacionado à inserção no espaço público. Os relatos em sua maioria seguiram falas de repúdio ao machismo, o que reitera o pensamento de Brioli (2014), em que questiona se deve haver uma preocupação maior sobre o aumento de mulheres na política ou haver uma preocupação em evoluir a pauta política feminista, pois a ampliação numérica não assegura a representatividade feminina. Ademais, uma vez fundamentada a existência de uma sociedade pautada em desigualdades entre gêneros (LIMA, 2020), identifica-se uma sub-representação feminina na política parlamentar. Essa desvantagem ocorre como produto de um passado histórico sexista que resulta em uma atual sociedade pautada em desigualdades entre gêneros (LIMA, 2020). Dora afirma “a minha principal pauta é a pauta feminina, e isso incomoda muito, né? Então, eu escutei várias ‘piadinhas’ no Plenário, coisas como: “nossa, só fala de mulher!”, “meu Deus, só fala disso!”

Uma vez analisada a inserção da mulher na política, foram descobertos aspectos peculiares no início do ofício, tais quais a necessidade de demarcação de espaço e o machismo. Judith relata o incômodo cotidiano:

[...] Eu enfrento dificuldades que são muito características do meu papel social, que é uma mulher jovem, então, a gente tem que enfrentar essas...até agora eu tenho enfrentado uns machismos que são aqueles implícitos, que são nas entrelinhas, que surgem com boicotes, e as vezes não são coisas declaradas, e essas tem sido as minhas dificuldades. (JUDITH, 26)

Estes relatos demonstram que a “Passagem através do Espelho”, fase de idealização da profissão atrelada a sua idealização, legitima um sentimento de estranhamento e por vezes desconforto, quando se inicia algo ou uma carreira (HUGHES, 1958). Tal desconforto é ressaltado por meio da inserção da mulher na política, fato esse que destaca, cada vez mais, a construção cultural nas sociedades contemporâneas, a mesma que desfavorece o gênero feminino (GOFFMAN, 1988). Tal pensamento corrobora com dificuldades elencadas pelas parlamentares entrevistadas no presente artigo. Ademais, é importante ressaltar que os incômodos relatados, dentro ou fora do âmbito político, impulsionaram movimentos em defesa do feminismo, cultura que se iniciava com repúdio à opressão, dominação e exploração das mulheres (SAFFIOTI, 2004).

Evidencia-se, portanto, que a fase “Passagem através do Espelho” é reconhecida como socialização primária, esta que analisa o indivíduo interagindo com a sociedade. Em virtude disso, é possível fazer a comparação à infância, visto que há incorporação de costume externos, porém capazes de se tornarem individualizados. Logo, o indivíduo não apenas compreende a subjetividade da assimilação das coisas, como também identifica sua construção individual, criando sua própria identidade a partir do mundo externo (BERGER, 2013).

4.2 Instalação da dualidade: o modelo ideal e o real da profissão

Na segunda fase do modelo de socialização profissional, Hughes (1958) analisa a transição entre o estereótipo idealizado e o verdadeiro cenário oferecido no mercado de trabalho. Para tal transição fazer sentido em um cenário de discussão de gênero e política, foram questionadas: a idealização do ofício de parlamentar, as dificuldades enveredadas na questão de gênero e se estas se tornam incômodas a ponto de pensar em uma possível desistência do ofício em um cenário real.

Dessa forma, a fim de entender tais questões, as parlamentares foram questionadas sobre como elas idealizavam/imaginavam que seria a prática do ofício, foi observado que elas imaginavam um cenário/ambiente de trabalho que lhes proporcionassem debater ideais, aumentar o quórum feminino e espaço de fala, por exemplo. Mesmo relatando suas idealizações, as parlamentares reconheceram que acreditavam que haveriam dificuldades.

Dora, uma das entrevistadas, imaginava um cenário/ambiente de trabalho cercado de desafios e possíveis dificuldades direcionadas a relacionamentos com seus colegas de trabalho, antes mesmo de ser eleita e fazer parte desse ambiente: “Olha, eu achei que ia ser do jeito que está sendo, mesmo. Achei que ia ser cercado de desafios” (Dora, 32). Outra entrevistada afirma que “era um sonho ser a primeira mulher prefeita em Oswaldo Cruz, depois eu imaginava que seria mais fácil do que o que eu estou enfrentando hoje (Larissa, 55)”. Tais relatos se alinham ao pensamento de Hughes (1958), quando ressalta que os posicionamentos atrelados à cultura leiga são um ponto de partida com um final indefinido e que sempre terão uma disparidade no modo e grau das experiências.

Um ponto central disso é entender que tais formas de enxergar o espaço público, antes mesmo de fazer parte dele, com visões e ideais, respaldam na premissa de que a abolição de barreiras legais não tem representado condições igualitárias suficientes para o gênero feminino na política prosperar (MIGUEL; BIROLI, 2014). Ao mencionar aspectos negativos, Mariana menciona: “Eu achei que eu teria mais embate com meus colegas homens, do tipo: “nossa eu to indo pra câmara cheia de homens, ninguém vai querer aprovar nada de mulher e que absurdo a gente precisa avançar muito e tal”. Desta forma, a vereadora Mariana já acreditava, antes mesmo de ser eleita, que teria muitos embates com o gênero oposto e que teria dificuldades de aprovações de projetos e leis direcionados a mulheres. Inseguranças estas que, de acordo com Beauvoir (1976), permeiam pelo estigma da mulher ser inferior, frágil e pouco racional, que subalternizam a participação da mesma no espaço público.

Em virtude desses relatos alinhados à bibliografia, evidencia-se a sub-representação feminina na política brasileira como consequência de uma violência simbólica que dificulta a presença da mulher na política (BOURDIEU, 1979). Devido a isso, as parlamentares entrevistadas foram questionadas sobre o significado de exercer tal ofício e as suas dificuldades, o que relacionavam também a incômodos e preconceitos por ser mulher. A fim de entender o que representa exercer o ofício de ser uma parlamentar, Judith diz que “significa ter a oportunidade de construir pontes, redes, furar bolhas, ampliar vozes e disputar espaços. Também, talvez, principalmente, a oportunidade de construir um legado”. Outra parlamentar argumenta: “eu acho que esse é o desafio: continuar trabalhando, mesmo em um sistema engessado burocrático e machista” (DANDARA, 21). Tais relatos reforçam que tal espaço social, uma vez ocupado por mulheres, envolvem críticas às instituições vigentes carregadas de opressão masculina que diariamente são confrontadas pela política feminista (BIROLI, 2014).

Ainda com o objetivo de entender mais detalhadamente sobre estereótipos e realidades vividas no espaço público, relacionados às dificuldades e incômodos direcionados à mulher, buscou-se entender se elas enxergam dificuldades e preconceitos na política por motivos de serem mulheres e Ema e Mariana relataram seus pontos de vistas:

[...] Muitas, o tempo inteiro. Tem esse silenciamento constante. Eu já recebi vários assédios. O que mais me pega é essa diminuição sutil que acontece o tempo inteiro por ser mulher. O tempo inteiro isso acontece. Exemplo: “Troco um beijo por um voto”, “Não se preocupa deputada que nós já fizemos uma eleição e você é uma das deputadas mais bonitas da casa, vai dar tudo certo para você”, “Nossa, mas com esse corpão você realmente vai aprovar muitos projetos, da gravidez voltou rápido [...] Ah, parabéns, bem-vinda de volta da gravidez, mas a gente não vai nem se animar com você aqui, porque a gente sabe que você gosta mesmo é de fazer filho” e isso no microfone, viu? Publicamente (EMA, 32).

[...] são pouquíssimos, raríssimos que veem como uma parlamentar, a metade acha que eu sou a fofinha, bonitinha, tem uns até que acham que eu sou burra e outros me veem como filha, então tem um sentimento paternalista. São raríssimos os que me veem como uma igual colega de trabalho (MARIANA, 26).

Tais relatos identificam características históricas mencionadas neste estudo, uma vez que Bickford (1996) relata que a mulher carrega marcas de inferioridade e, por vezes, as marcas da feminilidade no discurso podem reduzir seu valor e legitimidade (MIGUEL; BIROLI, 2014). Em virtude disso, os relatos das parlamentares Ema e Mariana denotam que, apesar dos avanços femininos no espaço público, ainda há signos de subalternidade e preconceitos ligados ao gênero feminino.

Devido a estas dificuldades declaradas pelas parlamentares, nota-se que há relatos de modelos ideais, porém acompanhados de aspetos negativos. Ademais, o modelo real descrito pelas entrevistadas é composto por questões como a burocracia, exposição, assédio e falta de credibilidade. Em virtude disso, Tardif (2000) reitera seu pensamento de que inícios, descobertas e rupturas são fases presentes na socialização do ser humano. Aponta, também, as dificuldades atreladas ao cenário de socialização por relatos da presença de incômodos vinculados ao machismo, assédio, silenciamento, opressão masculina, entre outros.

Assim, uma vez percebido o cenário real, fora questionado se as parlamentares já pensaram em desistir do ofício, uma vez que a real concepção do espaço público pode, além de desanimá-las, tornar-se motivo de pensamentos de desistência da socialização e permanência no espaço. Joana relata se já pensou em desistir: “Não, desistir não, mas assim, eu reflito se é o lugar certo pra mim. As vezes que eu gritei é porque eu tava tão agoniada, tão ameaçada que eu explodi”. Outro relato é o de Judith que, com a voz embargada, relata: “Olha, esse sentimento é constante, então, eu penso bastante nisso sim, mas eu tento sempre

lembrar de qual é o propósito, eu realmente considero que esse é um espaço que vem sendo aberto por outras mulheres.“

Em virtude da narrativa de Joana, que menciona a necessidade de gritar por se sentir agoniada e ameaçada, nota-se comportamentos muitas vezes modificados e que ratificam o pensamento de Raymond (2000), que define o trabalho como agente de mudanças na identidade das pessoas, despertando uma transformação pessoal e profissional. Bickford (1996) reitera na defesa de que as mulheres são excessivamente julgadas como compassivas até pelo timbre de voz, posto que o grave é vinculado a autoridade. No relato de Judith, é possível perceber um sentimento constante de pensamentos de desistência mas, como relatado, a lembrança do propósito e a realidade de uma abertura para mais mulheres na política a incentiva a seguir. Tais falas confirmam o pensamento de Miguel e Biroli (2014) que afirmam que o campo político trabalha contra as mulheres, impondo a elas maiores obstáculos para que cheguem à posições de destaque, mesmo depois de serem eleitas.

4.3 “Ajuste da concepção em si”: identidade profissional e carreira

Na terceira fase do modelo de socialização profissional, analisa-se o abandono de estereótipos da profissão e uma abertura para o processo de socialização no trabalho ser exercida mediante a um ajuste das concepções do cenário ideal e o modelo real (HUGHES, 1958). Logo, a fim de entender melhor a transição, questionou-se quais mudanças ocorreram em relação às expectativas e o real cenário, se há incorporação de um modelo profissional e qual a opinião das parlamentares em relação à representatividade feminina na política atrelada ao ofício de parlamentar. A vereadora Mariana, ao ser questionada sobre o que mudou em relação às suas expectativas e o real cenário, diz: “Minhas expectativas eram extremamente baixas, acho que o negócio tá complicado”. Em contrapartida, Dandara relata sua expectativa atrelada à afetividade:

[...] Eu já tinha uma consciência forte de que talvez seria desafiador passar uma certa credibilidade ou confiança para as pessoas por conta de ser mulher jovem, mas toda vez que isso acontece, reduz um pouco a expectativa. Eu não sei, por ser mulher, eu acho que, às vezes, geram um sentimento no pensamento de que estou fazendo tudo errado, de culpa,, às vezes de dizer uma coisa, não ter tanta credibilidade. Então, às vezes até minimiza um pouco as expectativas, porque você acha que não é suficiente para alguma coisa, pra tocar seus projetos, mas na prática, sim, eu acho que minha expectativa tava muito relacionada à efetividade. (DANDARA, 21)

É importante perceber, na fala das duas parlamentares, que ambas mencionam que as expectativas não eram positivas antes de entrar para a política. Todavia, as expectativas, para elas, não destoam do modelo real, uma vez que elas externalizam que o espaço público não tem se mostrado um lugar ideal, ainda menos para mulheres. Vale ressaltar que, como já mencionado no presente artigo, no meio profissional a manifestação da realidade pode ser traumatizante e que, aos poucos, novas ideias e competências são adquiridas ao decorrer do desempenho da carreira. Em suma, conforme evidenciado por Miguel (2014), o campo político tende a impor às mulheres alternativas sempre onerosas, logo, formas mais pesadas se comparadas ao gênero masculino.

Em meio a esse contexto, entende-se que o trabalho modifica a identidade, ao despertar uma transformação pessoal e, também, profissional (RAYMOND, 2000). Por consequente, ao relatar sobre modelo profissional, as entrevistadas trouxeram perspectivas semelhantes ao questionamento se as mesmas incorporaram um, e as respostas foram: “Não, acho que não, mulher já não está no espectro imaginário, então a gente vai reconstruindo ele ao todo” (Hanna, 33). Virgínia, por sua vez, acredita em uma mudança:

[...] Acho que me moldei para entrar no espaço político, mas não necessariamente por ser mulher, mas pelo ambiente (como foi o caso da sessão extraordinária que tive que levantar minha voz). Acho que por vezes tenho que fazer uma defesa mais dura, embasar muito mais minha fala do que qualquer outra pessoa que está ali no ambiente. Não acho que pela maneira de falar ou pelo tom de voz, mas na maneira

que eu tenho que construir meu argumento, ele tem que ser uma coisa muito mais ponderada e bem embasada do que qualquer outra pessoa que está ali. Eu sinto que isso é sim cobrado por eu ser mulher, jovem e da oposição (VIRGÍNIA, 21).

Diante disso, a deputada Hanna discorda de ter incorporado um modelo profissional enveredado na perspectiva de nem existir esse imaginário direcionado à mulher. Viés este que constata que tal espaço social marginaliza e trabalha contra as mulheres (BIROLI, 2014). Além disso, é importante ressaltar que as mulheres eram caracterizadas pelos aspectos intuitivos e corporais, logo, inferiores, no qual há o estigma tendencioso de veicular o trabalho feminino em posição de menor prestígio e pouca confiança (GIMENEZ, 2018). Ademais, Virgínia menciona ter se moldado após ter ingressado em seu ambiente profissional político, visto que, por vezes, tenha se sentido obrigada a modificar sua forma de falar e, na construção de seus argumentos ter a necessidade de possuir mais base em suas defesas. Todavia, nota-se a percepção de uma cobrança direcionada ao gênero feminino, o que se relaciona também a uma cobrança incorporada no sistema político (BIROLI, 2014).

Dessa forma, referente ao questionamento de um modelo profissional, que algumas acreditam nem existir, percebe-se que um ambiente profissional ajuda a construir e definir o “eu” do ser humano e, por meio disso, o mundo do trabalho não deve ser reduzido a uma simples atividade com fim econômico, mas um mecanismo que cristaliza a personalidade individual e social do sujeito (DUBAR, 1997). Ressalta-se também que as parlamentares construíram uma identidade profissional quando passaram a abandonar estereótipos e a confusão entre cenários ideais e reais. Logo, elas analisam a construção de uma identidade profissional por meio da liberdade da fala, estilo próprio de se vestir, formas de falar e ser referência para outras mulheres. Em meio a esse argumento, as parlamentares relataram como experienciam a representatividade feminina na política: “Insuficiente no Brasil, hiper necessária de ser ampliada, sou a favor de cotas para que a gente faça isso de uma forma mais acelerada” (HANNA, 33). A vereadora Judith reitera: “Ela é extremamente baixa, reflete muito a nossa história como país, no nosso sistema patriarcal. No meu ambiente de trabalho são 13 cadeiras e só 3 são ocupadas por mulheres”. Sua fala é corroborada pela vereadora Mariana, que afirma em sua resposta: “Eu acho que a gente precisa caminhar muito e que nós não vamos conseguir reverter o quadro de subrepresentação se nós não aprovarmos a lei que reserva uma porcentagem de cadeiras para as mulheres dentro do parlamento”.

A fim de entender tais cenários ocupados e relatados pelas parlamentares, é importante ressaltar estudos mencionados nesse artigo por meio de pensadores como Godelier (1982), que ressalta análises direcionadas a sociedades, mesmo nas mais igualitárias, que os poderes finais acabam pertencendo aos homens, espectro este que comprova a presença de hierarquias de poderes, que ainda é excludente, quando se pensa em gênero. Assim, como já mencionado, tal cenário é constantemente confrontado pelo feminismo e envolve críticas a instituições vigentes fadadas à cultura patriarcal, com o objetivo de findar a desvantagem e opressão de um grupo diretamente ligado ao gênero.

Por fim, com o foco de análise na carreira das entrevistadas, notou-se que as parlamentares possuem esperanças e visões positivas relacionadas às suas carreiras quando as citam por meio de orgulho, realização profissional e conquista de direitos femininos. Ângela, uma das entrevistadas, expõe sua percepção:

[...] Eu vejo como uma carreira muito bonita, que me motiva muito a todo dia acordar e pensar “o que eu posso fazer de diferente? Que tipo de ação? Quem eu posso chamar pra uma reunião pra fazer algo bacana pra cidade? Que tipo de projeto eu posso apoiar? Usar essa influência política pro bem (ÂNGELA, 44).

Virgínia também declara seu posicionamento sobre sua carreira: “Não consigo me ver deixando o debate político. Ainda quero viver um tempo na política institucional e não me vejo saindo da política, no geral”. Gimenez (2018) reflete sobre o quanto atividades foram renegadas às mulheres por serem vistas pela sociedade com aspectos racionais e mentais

subjugados inferiores em relação ao gênero masculino. Tardif e Raymon (2000), por sua vez, enxergam o trabalho como modificador de identidade do ser humano, uma vez que uma profissão não significa exercer determinada tarefa, mas sim se transformar por meio dela. Tal pensamento comprova a fala de uma das entrevistadas, Judith, que diz: “Me parece um pouco antiético pensar isso como carreira e não como propósito, sabe? Parece que são coisas distintas, mas eu ainda tô elaborando isso.”

Nota-se, portanto, como articulado nas falas das entrevistadas, um olhar otimista em relação a uma futura carreira/ofício. Tal análise demonstra uma evolução em relação a sub-representação das mulheres na esfera pública, produto da violência simbólica (BOURDIEU, 1979) já abordada neste estudo.

5 CONCLUSÃO

Diante do contexto fundamentado nesse estudo, notou-se que o Brasil é um dos piores países em termos de representatividade política feminina (INTER-PARLIAMENTARY UNION, 2018). Consequentemente, o processo de socialização da mulher no âmbito político tornou-se uma experiência que carece de reflexão e análise. Frente a esse cenário, o objetivo do presente artigo foi investigar o processo de socialização profissional da mulher em espaços políticos

Para atingir tal objetivo, utilizou-se de pesquisa de natureza exploratória. Quanto aos meios, a pesquisa configura-se como de campo (dados primários), a partir de entrevistas em profundidade com parlamentares acessadas por meio de roteiro semiestruturado. As parlamentares entrevistadas foram selecionadas por facilidade de aproximação, por meio de pesquisas em *sites* governamentais, como Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) e no perfil de *Instagram* Vote Nelas SP. As entrevistadas possuíam entre 21 e 44 anos e atuam e/ou atuaram na política entre 3 meses e 21 anos.

Na primeira fase do modelo de socialização profissional de Hughes (1958), a “Passagem através do espelho”, analisou-se o momento do ingresso feminino no âmbito político e identificou-se as motivações, como habilidades e a incompatibilidade da realidade por meio da inserção. A ausência de referência feminina na política foi o maior incentivo das parlamentares escolherem o ofício. Tendo em vista tal motivação, notou-se que a disparidade de gênero presente no âmbito político se transforma em um incentivo não apenas profissional, mas também pessoal para que as mulheres ingressem para a política com o objetivo de equiparar a desigualdade de gênero por meio do aumento do quórum. Além da aptidão técnica, revelam a importância das habilidades de relacionamento interpessoal como essenciais. Ademais, nessa fase, há o embate com incômodos relacionados ao processo de inserção, como o machismo. Compreende-se, então, a necessidade de agendas que incentivem pautas feministas com o objetivo de obter melhorias direcionadas às mulheres e realizadas por mulheres, uma vez que a maior motivação da obtenção do ofício ainda é relacionada a questões de gênero.

Na segunda fase, “Instalação da dualidade”, há uma ruptura entre o modelo ideal e o real que a mulher encara no âmbito político. Destaca-se, portanto, que o rompimento entre o cenário ideal e real é apenas reconhecido com o tempo e exercendo o ofício, visto que a presença de uma ideia glamourizada da profissão, denominada, por vezes, como “sonho de vida”, é reavaliada quando o modelo real é manifestado. Logo, em meio a isso, aponta-se que o processo de socialização profissional da mulher na política reflete um cenário que atribui à mulher marcas de inferioridade, apesar dos avanços femininos.

O “Ajuste da concepção de si”, considerada como a terceira e última fase do modelo de Hughes (1958), identifica o abandono de estereótipos da profissão, que tem por foco o início da formação de uma identidade profissional que colabora com a constituição da carreira da mulher. Dessa forma, a medida que as parlamentares se desvincularam dos estereótipos e quebra de tabus, por consequência, iniciaram o processo de identidade

profissional. Percebe-se, portanto, que a terceira etapa resulta no abandono de idealizações e, ao mesmo tempo, conhecimentos adquiridos durante o processo de socialização, e a construção de uma carreira vinculada a um modelo real e único. Pontua-se, em meio a isso, que a conquista de uma identidade profissional é uma forma que o indivíduo é percebido na sociedade.

O artigo contribuiu com uma nova forma de enxergar o processo de construção da identidade da mulher no cenário político. Este estudo é um passo importante para pensar a equidade de gênero na política brasileira, e assim permitir que mais mulheres entendam o real funcionamento da representatividade política, os potenciais desafios que enfrentarão nessa trajetória e possíveis alertas e incentivos de como ocupar esse espaço por meio da socialização. Vale ressaltar que o presente estudo pode contribuir no reconhecimento da necessidade de mudança de comportamentos corriqueiramente naturalizados na política, como machismo, silenciamento e interrupção. Verifica-se, então, que estudos como estes podem potencializar o entendimento e aumento da presença feminina e forças afirmativas que beneficiem e respeitem o processo de socialização profissional da mulher na política.

Como estudos futuros, foram identificadas possibilidades que abrangem a realização de estudos pertencentes à área da Psicologia Social, que objetiva estudar fatores históricos/externos do comportamento da sociedade que influencie a presença da mulher no campo político. Ademais, na perspectiva política, seria interessante entender processos de socialização mais segmentados relacionados a partidos, uma vez que estes podem possuir discrepâncias ideológicas/teóricas/práticas que impactem a atuação de mulheres por partidos. Dessa forma, tal proposta de estudo visaria entender melhor as principais casas legislativas, com o propósito de avaliar os partidos que possuem liderança feminina. Outro tópico que pode ser abordado é a socialização profissional de outros grupos minoritários ou estigmatizados que, ainda que de forma incipiente, tem alcançado mais representatividade ao longo dos últimos anos, como representantes LGBTQIA+.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, K. **Arte, Criatividade e Desafios: A Socialização Profissional de Tatuadoras**, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Paris: Gallimard, 1976.
- BERGER, P; LUCKMANN, T. **A Construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 30. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- BICKFORD, S. **The dissonance of democracy: listening, conflict, and citizenship**. 1996.
- BLUMER, H. **El interaccionismo simbólico: perspectiva y método**. Barcelona: (Obra original publicada em 1969)
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- BUITONI, D. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Summus, 2009.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**, 2003.
- CAMPOS, M. **Feminismo e Movimentos de Mulheres no contexto brasileiro: A Constituição de Identidades coletivas e a busca de incidência nas Políticas Públicas**, 2017.
- CARVALHO, D. **A sub-representação feminina na política brasileira em face das inovações democráticas legislativas**.
- CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- COSTA, M: **A imagem da mulher: um estudo de arte brasileira**. RJ: Senac Rio. 2002.
- CUNHA, M. **O processo de socialização na construção da identidade dos bibliotecários em Santa Catarina**. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 22, n. 3, p.56-83, set/dez, 2016.
- DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Tradução Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ELIAS, N. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

FIRMINO, F. **Feminismo, Identidade de Gênero em Judith Butler: Apontamentos a partir de “Problemas de Gênero”**, 2017.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. 6. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1992. cap. 10, p. 361-404: As ciências humanas.

GIMENEZ, L. **A mulher contemporânea e o feminino: um estudo com mulheres inseridas no mercado de trabalho**. 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Clínica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

GODELIER, M. **Maurice 1982 La Production des Grands Hommes: pouvoir et domination masculine chez les Baruya de Nouvelle-Guinée**. Paris, Fayard, 375 p. (L’Espace du politique).

HOLLANDA, H. **Pensamento Feminista Conceitos Fundamentais**: Rio de Janeiro, 2019.

HUGHES, E. **Men and their work**. Louisiana: Quid Pro Books. 2016

HUGHES, E. **Men and their work**. 1 ed. London: The Free Press, 1958.

MARTINS, C. **Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2003.

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing**. Ed. Atlas. 1996.

MEDEIROS, M. **A Construção Teórica dos Conceitos de Socialização e Identidade**, 2002.

MELLO, V: **O pensamento iluminista e o desencantamento do mundo: modernidade e a revolução francesa como marco paradigmático**, 2011.

MIGUEL, L; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MIRANDA, M. **Participação Das Mulheres na Política: À Busca Pela Concretização da Igualdade de Gêneros Como Instrumento da Efetivação da Democracia**. Ambito Jurídico. São Paulo, 2019.

NAÇÕES UNIDAS - **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**.

NOREMBERG, A. **A trajetória feminina na Política Brasileira**, 2016.

PINTO, C. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLITIZE: **Cotas de Gênero em eleições proporcionais: Como funcionam?**, 2020.

RAYMOND, D. **Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério**. *Educação & Sociedade*, Campinas, n.73, p. 209- 244, 2000.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna LTDA, 1988.

SARTI, C. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, ago.2004.

TARDIF, M; RAYMOND, D. **Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério**. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano 21, n. 73, p. 209-244, dez. 2000.

TELLES, N. **História das mulheres no Brasil**. Escritoras, Escritas, Escrituras. In: PIORE, Mary (Org.). 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições 2020: Mulheres batem recorde em número de candidaturas**, 2020.

VALLE, I. **A era da profissionalização: formação e socialização profissional do corpo docente de 1ª a 4ª série**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

VARIETY. **Avaliações da 6ª temporada de 'House of Cards' na Netflix: telespectadores dos EUA caem em relação à temporada anterior**, 2018.